

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 839.080 - SC (2015/0324150-4)

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : MASSA FALIDA DO BANCO BVA S.A  
**ADVOGADOS** : ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE - SP155105  
CAROLINA MANSUR DA CUNHA DE GRANDIS - SP248444  
JULIANO HENRIQUE DE SOUZA E OUTRO(S) - SC025916  
**AGRAVADO** : INDUSTRIAL REX LTDA  
**AGRAVADO** : REXFIX INDUSTRIA DE FIXADORES METALICOS LTDA  
**ADVOGADOS** : FELIPE JOSÉ RAMOS TEXEIRA - SC037788  
WILLIAN LEONARDO DA SILVA - SC038396  
**AGRAVADO** : SPE ADMINISTRADORA REX LTDA  
**ADVOGADOS** : LUCIANO DUARTE PERES - SC013412  
PEDRO FIGUEIRÓ RAMBOR - RS083723  
FELIPE JOSÉ RAMOS TEXEIRA - SC037788  
WILLIAN LEONARDO DA SILVA E OUTRO(S) - SC038396

### EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. MULTA COMINATÓRIA. VALOR. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
2. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado quando suficiente para a manutenção de suas conclusões impede a apreciação do recurso especial.
3. Admite-se, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado, o que não ocorre na hipótese em exame, em que as astreintes não se mostram desproporcionais ou desarrazoadas.
4. A falta da similitude fática – requisito indispensável à demonstração da divergência – inviabiliza a análise do dissídio.
5. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MASSA FALIDA DO BANCO BVA S.A, contra decisão que negou seguimento a

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 05/11/2015.

**Concluso ao gabinete em:** 25/08/2016.

**Agravo de instrumento:** interposto pela recorrente contra decisão, proferida nos autos da recuperação judicial de INDUSTRIAL REX LTDA, que determinou o desbloqueio de valores nas contas-correntes do grupo econômico recuperando.

**Acórdão:** deu parcial provimento ao recurso interposto pelo agravante para manter o bloqueio até a data da decisão da falência, bem como para limitar, de ofício, a multa diária à quantia de R\$ 100.000,00.

**Recurso especial:** Alega violação dos arts. 49, § 3º e 83 da Lei 11.101/2005; 18 e 34 da Lei 6.024/74 e 461, § 4º do CPC/73, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que: os créditos garantidos por alienação fiduciária são excluídos da recuperação judicial; a liquidação extrajudicial impede a liberação de valores, pois se deve observar a ordem de pagamento; houve fixação excessiva da multa cominatória, porquanto não observada a razoabilidade e proporcionalidade.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento: aplicação do CPC/73.**

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 49, § 3º e 83 da Lei 11.101/2005; 18 e 34 da Lei 6.024/74 e 461, § 4º do CPC/73, indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível.

Aplica-se, nesta hipótese, a Súmula 282/STF.

**- Da existência de fundamento não impugnado**

O TJ/SC assim se manifestou para o deslinde da controvérsia:

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesta senda, constata-se que o Banco BVA busca por meio equivocado qualificar seu crédito como extraconcursal, o que não é admitido no bojo da ação de recuperação judicial.

Veja-se, que o Banco até manejou impugnação de crédito - autos n.º 0001461-82.203.8.24.0074, mas esta foi extinta, ante seu pedido de desistência, cuja sentença transitou em julgado no dia 13/02/2014, conforme consta do Sistema de Automação do Judiciário - SAJ.

Logo, é incabível admitir a discussão acerca da qualidade de seu crédito declarado no plano de recuperação judicial, posto que trazida por meio impróprio.

Assim, mantem -se a decisão neste particular. (fl. 456/457, e-STJ)

Como tais fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, neste caso, a Súmula 283/STF.

## ***- Do valor das astreintes - reexame de fatos e provas.***

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao valor da multa cominatória por descumprimento judicial, demanda, em regra, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, por incidir a Súmula 7/STJ.

De fato, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admite, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado (AgRg no AREsp 78.294/RS, Rel. Quarta Turma, DJe 16/03/2016; (AgRg no AREsp 335.969/MG, Terceira Turma, DJe 27/03/2015).

Na hipótese em exame, o valor das astreintes, fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e, posteriormente limitado a R\$ 100.000 (cem mil reais) pelo Tribunal, não se mostra abusivo nem ultrapassa os limites da razoabilidade, notadamente quando considerado o valor retido pelo agravante (R\$ 3.900.522,21 e R\$ 98.000,00), razão pela qual a revisão de seus termos por esta Corte esbarra, de fato, no óbice da Súmula 7/STJ.

## ***- Da divergência jurisprudencial***

# *Superior Tribunal de Justiça*

Quanto à interposição pela alínea "c", cumpre asseverar que a falta da similitude fática – requisito indispensável à demonstração da divergência – inviabiliza a análise do dissídio.

Ademais, a ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora